



VI - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

2009

VI – DEMOCRACIA E DIÁLOGO

1. Articulação com a Sociedade Civil

A partir de janeiro de 2003, o diálogo entre o Governo e a sociedade civil foi fortalecido e tornou-se um importante instrumento para ampliar a democracia participativa. Nesse contexto, um novo conceito de governabilidade social foi adotado, contribuindo para estimular novas parcerias e consolidar um ambiente de co-responsabilidade nas decisões governamentais. Em 2008, o Governo buscou fortalecer os canais de diálogo com os movimentos sociais e os espaços da participação social e de consulta popular, como mesas de diálogo, conselhos, conferências, audiências públicas, fóruns e ouvidorias, com a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais na formulação e avaliação das políticas públicas.

Intensificou-se a relação com os Conselhos Nacionais, por meio de três encontros com representantes de 26 Conselhos e 2 Comissões Nacionais, nos quais foram discutidos i) a importância do intercâmbio entre os Conselhos e a pertinência de um “espaço de articulação” entre os seus secretários-executivos; ii) a construção de uma agenda comum entre os Conselhos; e iii) a sistematização das conferências e a estruturação de um banco de dados com informações relativas a esses colegiados.

Com o objetivo de fortalecer a atuação dos conselhos de políticas públicas, o Governo está executando, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o Programa Nacional de Formação de Conselheiros. A iniciativa visa aperfeiçoar a participação dos conselheiros, por meio de cursos de formação em participação social, em dois formatos: pós-graduação e curta duração, ambos na modalidade educação a distância. Em 2008, o programa beneficiou mais de 2 mil conselheiros e gestores.

2. Diálogo Internacional

A ampliação de espaços para a participação social também marcou, no ano de 2008, os processos de negociação nos organismos e fóruns internacionais, enriquecendo a participação dos representantes governamentais. Os eixos dessa atuação serão mantidos, em 2009, quais sejam: i) integração social do Mercosul; ii) Ação Global contra a Fome e a Pobreza e Mecanismos Inovadores de Financiamento para o Desenvolvimento; iii) Fórum Social Mundial, aprofundamento do intercâmbio com a sociedade civil; iv) movimento sindical internacional; v) Universidade para a Paz das Nações Unidas (UPaz); e vi) participação social e cooperação internacional.

Em abril de 2008, foi realizada no Brasil a reunião do Conselho Executivo da UNITAID – fundo solidário para aquisição de medicamentos para o tratamento de AIDS, malária e tuberculose –, criado a partir da Ação Global Contra a Fome e a Pobreza, lançado a partir da experiência brasileira, e que recebeu apoio dos governos da França, Chile e Espanha. Foi a primeira vez que o Conselho se reuniu fora de Genebra, oportunidade em que foram definidas as diretrizes e as metas de trabalho para o referido ano.

A agenda social e participativa do Mercosul tem sido alvo de especial atenção do Governo. Em julho de 2008, na Cúpula de Presidentes do Mercosul, em Tucuman, Argentina, o Brasil assumiu a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul e defendeu a ampliação da participação social no Bloco. Em adição, o Governo elaborou o Programa Mercosul Social e Participativo – lançado em outubro de 2008 –, um conjunto de ações sociais com participação de representantes da sociedade civil. Integram a iniciativa os Ministérios e demais órgãos do Governo que participam institucionalmente do Mercosul com atribuições nas

áreas sociais. Com o mesmo objetivo, foi criado, por meio de Decreto nº 6.594, de 6 de outubro de 2008, o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, com propósito de informar as organizações da sociedade civil brasileira sobre as políticas no Mercosul, discutir as negociações em curso e formular propostas e sugestões para a consideração das autoridades do Bloco. Ainda em 2008, foram realizadas duas reuniões do Conselho, quando foram discutidos temas relativos à integração produtiva e ao plano de ação social do Mercosul, viabilizado o encontro de associações de pequenas e médias empresas dos países membros e associados para discutir a integração produtiva do Mercosul a partir da ótica dos pequenos negócios.

Com relação à África, o Governo está apoiando a vinda de uma delegação de representantes de governos e organizações sociais africanas para se reunir com representantes governamentais e da sociedade civil brasileiros, a fim de identificar áreas de cooperação e parceria em projetos. A participação e o diálogo sociais no âmbito internacional também foram incorporados à luta pela realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse sentido, o Governo continuou estimulando a realização de projetos que contribuem para o alcance desses Objetivos, e, em outubro de 2008, anunciou a premiação aos vencedores da segunda edição do “Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

A construção de uma agenda comum com Estados, Distrito Federal e Municípios que sustente o atual ciclo de desenvolvimento supõe o fortalecimento da ação internacional desses entes, mediante a consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa. Em 2008, priorizou-se a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), coordenado pelo Governo Federal. Destacam-se como produtos desse fórum o apoio a projetos dos governos subnacionais com os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM); a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu); os Encontros de Comércio Exterior – Encomex Mercosul; e o portal e cadastro de promoção e integração turística no Mercosul. Em 2009, pretende-se consolidar a Cooperação Internacional Federativa, por meio da agenda de trabalho do FCCR; da realização do Ano França no Brasil; e da implementação dos projetos da Cooperação Brasil-Itália, com vistas a apoiar e articular com a política externa brasileira e as ações de cooperação dos entes federados na esfera internacional.

3. Relações Institucionais

a) Atuação Junto ao Poder Legislativo

O Governo empenhou-se para a aprovação de diversas proposições que tramitavam no Congresso Nacional. Entre as propostas que foram aprovadas, em 2008, da área social, destacam-se as Leis i) nº 11.692, que reformula o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e, dentre outras medidas, inclui jovens de 16 e de 17 anos no programa Bolsa Família; ii) nº 11.738, que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; iii) nº 11.684, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia no currículo do ensino médio; iv) nº 11.788, que trata do estágio de estudantes; v) nºs. 11.739 e 11.740, que criam cargos efetivos e em comissão e funções gratificadas para o fortalecimento de instituições de ensino; e vi) nºs 11.765 e 11.737, que alteram a Lei no 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso –, para dar prioridade ao idoso no recebimento da restituição do Imposto de Renda e para atribuir aos Defensores Públicos o poder de referendar transações relativas a alimentos.

Nas áreas da Justiça e Segurança Pública foram aprovadas no referido período as Leis i) nº 11.707, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); ii) nº 11.705, que trata de restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas e da inibição do consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor; iii) nº 11.672, que estabelece o procedimento para julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça; iv) nº 11.689, que altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri; v) nº 11.698, que altera o Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada; vi) nº 11.719, que altera dispositivos do Código de Processo Penal relativos à suspensão de processo, conhecidos juridicamente como *emendatio libelli*, *mutatio libelli*; vii) nº 11.706, sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm); e viii) nº 11.829, que aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como transforma em crime a aquisição destes materiais.

Em relação à Política Econômica e Desenvolvimento, foram aprovadas as Leis i) nº 11.726, que dispõe sobre a prorrogação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO); ii) nº 11.732, que altera o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e dispõe sobre as áreas de livre comércio nos Estados; iii) nº 11.688, que amplia limites operacionais do BNDES; iv) nº 11.775, que institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; v) nº 11.786, que autoriza a União a participar em Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) para a formação de seu patrimônio; vi) nº 11.793, sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2008, referentes a perdas da Lei Kandir; vii) Lei nº 11.771, que trata da Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor; e viii) nº 11.772, o Plano Nacional de Viação, que reestrutura a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

No que se refere a Trabalho e Previdência, foram aprovadas as Leis i) nº 11.648, que reconhece formalmente as centrais sindicais; ii) nº 11.685, que institui o Estatuto do Garimpeiro; iii) nº 11.718, que cria contrato de trabalhador rural por pequeno prazo e estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; e iv) nº 11.770, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade para seis meses mediante concessão de incentivo fiscal. Na área de Administração e Interesses Públicos merece registro a aprovação das Leis i) nº 11.763, que altera a Lei de Licitações para dispensar licitação para áreas superiores a quinze módulos fiscais na Amazônia; e ii) nº 11.794, que estabelece procedimentos para o uso científico de animais.

Para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico com inclusão social e aperfeiçoamentos institucionais, o Governo atuará junto ao Poder Legislativo visando a apreciação em 2009 de uma série de matérias. Na Câmara dos Deputados, destacam-se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 233, de 2008, relativa à Reforma Tributária, o Projeto de Lei (PL) nº 3.337, de 2004, sobre as Agências Reguladoras, o PL nº 1.291, de 2007, referente à melhoria da gestão previdenciária, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 388, de 2007, sobre a Divisão de Competências em Matéria Ambiental, o PL nº 1, de 2007, sobre a Política de Longo Prazo para o Salário Mínimo, o PLP nº 1, de 2007, que estabelece limites de despesa com pessoal e encargos sociais da União, e o PL nº 5.870, de 2005, que dispõe sobre o Cadastro Positivo, o PLP nº 374, de 2008, criando o Fundo de Catástrofe do Seguro Rural. No âmbito do Senado Federal as prioridades são o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 32, de 2007, que altera a Lei das Licitações, o PLC nº 29, de 2003, sobre a Política Pesqueira Nacional, e o PL nº 3.937, de 2004, sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

b) Articulação Federativa

Com os Estados e Distrito Federal, o Governo estabeleceu uma agenda regional por meio do apoio à organização de fóruns de governadores, que passaram a ter reuniões sistemáticas, consolidando-se como importante canal de diálogo e pacto federativo. São exemplos o Fórum de governadores do Nordeste; o Fórum de governadores da Amazônia Legal; o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), que reúne, além dos governadores da região Sul, o Mato Grosso do Sul; e as reuniões dos governadores da região Sudeste. Fruto desse diálogo, destaca-se ainda a instalação dos conselhos da Sudam e Sudene; o monitoramento e acompanhamento conjunto dos programas federais; a estruturação do apoio à implantação do Zoneamento Econômico-Ecológico-Social dos Estados da Amazônia Legal e a revisão das regras de crédito rural aos produtores dessa região; a ampliação das operações do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE/CODESUL); o pacto de metas de investimento regional do BNDES; a estruturação dos órgãos de gestão dos recursos hídricos no âmbito do projeto São Francisco; e a nova proposta de marco legal para regularização fundiária na Amazônia legal a ser enviada ao Congresso Nacional.

A relação federativa com os Municípios, por sua vez, tem se concentrado, sobretudo, nas ações do Comitê de Articulação Federativa (CAF), instância de diálogo da qual participam representantes das três entidades nacionais de prefeitos: Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Entre as ações do CAF, ao longo do último ano, destaca-se a aprovação da criação de mais dois grupos de trabalho interfederativos, com a participação das três esferas de governo, para desenvolver propostas visando i) ao aperfeiçoamento da gestão das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Micro-regiões; e ii) ao desenvolvimento e articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, cuja instalação deu-se durante a realização da Cúpula do Mercosul em Salvador, sob a Presidência *Pro Tempore* brasileira.

O CAF mantém ativos mais quatro grupos, com o objetivo de debater e construir consensos sobre as propostas: de Reforma Tributária enviada ao Congresso; de fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos Municípios, cujas ações consolidaram uma agenda nacional de apoio à gestão municipal; de acompanhamento das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); e o desenvolvimento de alternativas para o barateamento das tarifas e melhoria da qualidade dos serviços de transporte público urbano.

A Agenda Nacional de Apoio à Gestão, lançada em 2008, propõe harmonizar ao perfil dos Municípios as ações federais de capacitação e apoio à gestão, com vistas à obtenção de resultados já em 2009, como as ações integrantes do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT); do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAF); dos Programas de Apoio à Gestão no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (IGD – Bolsa Família); do Programa de Ações Articuladas do Ministério da Educação; do Programa Territórios da Cidadania; do Programa Saneamento para Todos; e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Destacam-se, ainda, dentre as atividades realizadas em 2008, o cumprimento de todos os compromissos assumidos na XI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, como a publicação de uma nova regulamentação para o Imposto Territorial Rural (ITR), facilitando a opção dos Municípios pela arrecadação integral deste imposto; o encaminhamento ao Congresso

Nacional de projeto de lei sobre o transporte escolar no meio rural; e a ampliação do limite do Programa de Intervenções Viárias (PROVIAS). Destaque especial deve ser dado à criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), por meio de Decreto de 15 de abril de 2008, com a finalidade de consolidar as informações existentes no Governo Federal sobre os Municípios e colaborar para a efetividade da transição governamental municipal. Nesse sentido, o GTI articulou o trabalho de diversos órgãos federais, desenvolvendo vários produtos, disponíveis no Portal Federativo (<http://www.portalfederativo.gov.br>), tais como: orientações para o gestor municipal em encerramento de mandato e para o início de mandato, bem como para a transição governamental; catálogo dos programas federais que o Município pode acessar; revista sobre os programas prioritários do Governo Federal, dentre outros.

Em 2008, destacaram-se também a realização de reuniões mensais do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (SASF), que tem viabilizado: o atendimento e assessoramento a prefeitos e governadores em todos os ministérios; o apoio técnico à formação de consórcios públicos; o apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para participarem do Ano da França no Brasil em 2009; e o redesenho e reestruturação do Acordo de Cooperação Brasil-Itália, que envolve cinco regiões italianas e oito micro-regiões no Brasil, como projeto-piloto de pacto e desenvolvimento territorial.

Para 2009, o principal desafio é robustecer as relações federativas como recurso fundamental para o fortalecimento dos agentes públicos na indução de medidas que sustentem o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a ampliação do atendimento dos direitos de cidadania. Para isso, é necessário estabelecer um pacto com governadores e prefeitos, para o aperfeiçoamento dos instrumentos de cooperação e coordenação federativa, garantindo melhorias na implementação do PAC, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) e da Agenda Social, entre outras prioridades do Governo Federal. Para contribuir com este esforço por meio da implementação da Agenda Nacional de Apoio à Gestão, será necessário também disponibilizar a governadores e prefeitos apoio técnico para elaboração de projetos, diagnóstico e ferramentas para o fortalecimento institucional e qualificação da gestão, especialmente nas áreas metropolitanas, objeto do PAC, e nos Territórios da Cidadania. Com esse objetivo, o Governo Federal realizará, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009, o I Encontro Nacional com os novos Prefeitos e Prefeitas e as Rodadas de Pacto com os governadores do Norte e do Nordeste.

4. Informação ao Cidadão

O Governo reforçou suas ações objetivando otimizar, integrar e fortalecer os canais de comunicação dos órgãos do Poder Executivo, a fim de informar e esclarecer os cidadãos brasileiros sobre políticas públicas, programas e ações governamentais, de acordo com o que dispõe o art. 37, § 1º da Constituição Federal. Para alcance desses objetivos, foi promovida, no último exercício, a desconcentração dos investimentos em mídia, a segmentação da linguagem e do conteúdo das mensagens, o fortalecimento da regionalização das ações de assessoria de imprensa e publicidade, a valorização nas diversas ações da diversidade étnica, cultural e da igualdade de gênero e, ainda, o Governo pautou a comunicação com o foco no cidadão.

Foram abertos inéditos espaços de interlocução com novos públicos de mídia, por meio de portais informativos na Internet (UOL, IG, G1, Terra, Portal Limão e Agência Brasil) e de jornais populares (Meia Hora/RJ, Super Notícia/MG, Diário Gaúcho/RS, Agora São Paulo/SP, Aqui DF/DF, Daqui/GO, Notícia Agora/ES e Notícia Já/SP). Consolidados, os programas semanais de rádio Café com o Presidente e Bom Dia Ministro foram importantes canais de comunicação com a sociedade.

Outra ação de comunicação com a sociedade é a inserção de conteúdo de interesse público no sítio oficial da Presidência da República, como a inclusão dos pronunciamentos e entrevistas do Presidente, entre outros produtos. Em 2008, foram contabilizados 802,1 mil acessos de visitantes ao sítio, o que representou um crescimento de 32% em relação a 2007 e de 67% em comparação a 2006. Foram editados 148 boletins “Em Questão”, com 424.093 exemplares enviados por e-mail diariamente e 700 impressos. Trinta edições veicularam entrevistas do programa de rádio Bom Dia Ministro, que foi uma inovação implementada em 2008, e foram produzidas quatro séries sobre os seguintes temas: Política Externa (Relações Exteriores) em sete edições, Brasil de todas as fontes (Energia) em quatro, Brasil Exportador (Comércio Exterior) em cinco, Promovendo a Igualdade (Racial) em sete edições. Foi editado ainda o jornal de balanço MAIS BRASIL, com tiragem de 1 milhão de exemplares.

No mencionado ano foram realizadas 156 campanhas publicitárias com os objetivos, dentre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do Governo e a capacidade do País na superação do momento atual de crise internacional, a divulgação das obras do PAC e a prestação de contas à população das ações federais nos âmbitos regionais. Em destaque as seguintes campanhas de publicidade institucional: Mais Brasil para Mais Brasileiros; PAC – Oportunidade; Mais Brasil para Mais Brasileiros – Regional; Mais alimentos e Brasil 2008.

Quanto às campanhas de utilidade pública, ressaltam-se: i) Trânsito x Álcool: que buscou conscientizar a população sobre a importância de não misturar álcool e direção, alertando para os riscos que essa associação provoca e reafirmando os valores que fundamentam a criação da nova Lei – segurança no trânsito e respeito à vida, e os benefícios sociais decorrentes da sua efetiva implementação; ii) Registro de Nascimento, que divulgou a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica; iii) ProJovem, que divulgou a disponibilidade de vagas e também informou sobre as mudanças e a ampliação do atendimento, os resultados positivos na inclusão de jovens em situação de exclusão e sobre mudança positiva na vida desses jovens e da comunidade da qual fazem parte; e iv) Projeto São Francisco, que apresentou os principais pontos críticos oriundos das discussões relativas às ações para o Rio São Francisco e principais benefícios decorrentes da implantação das ações.

Em 2008, o Governo priorizou a implantação e consolidação da TV Pública Federal, composta, inicialmente, por três canais: Rio de Janeiro, Brasília e São Luís. Para ampliar a irradiação do sinal e programação, a primeira iniciativa foi articular a rede pública com outras emissoras não-comerciais, o que possibilitou que o telejornal “Repórter Brasil”, em maio, alcançasse 19 Estados. Outra providência para alargar o alcance foi implantar a TV Pública na cidade de São Paulo. Em 2008, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) lançou dez novos programas e inovou ao realizar transmissões inéditas, como as festas juninas do Nordeste e o carnaval no interior do País. Em parceria com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (ACERP), a EBC produziu 35 edições do programa Sala do Professor e 70 edições do programa Acervo.

As principais ações que serão desenvolvidas em 2009 são o lançamento do novo portal da Presidência; a reformulação do Portal Brasil, com a criação de sítio para promover o País no exterior, e o desenvolvimento do sistema que permitirá a gestão do serviço Fale com o Governo; e a criação da coluna “O Presidente responde” para os jornais populares, além da produção de entrevistas gravadas do Presidente para divulgação nas rádios regionais antes das viagens presidenciais. Na área de Relações Públicas será executado um amplo programa de comunicação para fortalecimento da imagem internacional do Brasil e na Comunicação Pública serão produzidos documentos de referência relativos a gastos públicos, inovação e tecnologia. Por fim, na área de patrocínios, entre outros projetos, será realizado um acordo de cooperação técnica para capacitação do mercado em ações de patrocínios, em parceria com o Sebrae; o Projeto Imagem, em parceria com APEX; e o I Congresso de Patrocínios e Prêmio Melhores Práticas.

5. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

A partir de suas referências estratégicas consubstanciadas na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), o CDES focou seus debates, em 2008, nos temas Bioenergia, Infra-estrutura, Política Tributária, Reforma Política e Educação, considerados de estratégica relevância para o conjunto da sociedade brasileira e para a manutenção do desenvolvimento com distribuição de renda. O CDES avança na ampliação da rede de diálogo sobre o desenvolvimento, envolvendo outras esferas de poder, atores sociais, academia e conselhos setoriais, além da cooperação internacional, com o objetivo de disseminar a perspectiva do desenvolvimento e das ferramentas de diálogo. Nos encontros nacionais que promoveu e nos fóruns internacionais de que participou, em 2008, o CDES trouxe para o debate os temas dos impactos da conjuntura econômica internacional e os desafios do desenvolvimento e a mudança climática, ensejando um manejo sustentável dos recursos naturais, a segurança energética, a hídrica e a alimentar.

Destacam-se como os principais resultados e atividades desenvolvidas em 2008: i) a realização de reuniões plenárias e de grupos de trabalho que trataram das seguintes pautas: a reforma tributária, os investimentos em curso no Brasil e projetados para o ano de 2009 e os impactos sobre o crescimento econômico e a geração de empregos; a Política de Desenvolvimento Produtivo; a conjuntura econômica internacional e as perspectivas para o Brasil; ii) o acordo sobre recomendações no âmbito dos temas de Bioenergia (Etanol, Bioeletricidade e Biodiesel) sobre o Mercado Interno e Externo, o Zoneamento Agroecológico, a Certificação, o Papel do Estado (Regulação e Políticas Públicas), as Relações de Trabalho (Trabalho Decente), a Defesa do Etanol Economicamente Viável e Ambiental e Socialmente Sustentável, e o Fortalecimento do Programa Nacional de Biodiesel; e iii) a aprovação de Moção sobre a Reforma Tributária; Moção sobre a Crise Econômica Internacional; Parecer sobre a Reforma Tributária; Parecer sobre a Bioenergia; Parecer sobre Habitação de Interesse Social; Parecer sobre a Política Nacional de Aviação Civil.

O CDES projeta para 2009 um momento estratégico, no qual vai buscar analisar com maior profundidade os indicadores das mudanças ocorridas no País nos últimos anos e as complexas variáveis do cenário internacional, para atualizar suas referências e suas bases de debate e contribuição. As perspectivas, para 2009, envolvem também esforços em torno de temas estruturantes para o desenvolvimento do Brasil, como a infra-estrutura, a matriz energética e a educação. No âmbito internacional, vai se concretizar a Mesa Redonda Brasil-União Européia das Sociedades Cívicas, proposta conjunta do CDES e do Comitê Econômico e Social Europeu (CESE), parte da arquitetura institucional fruto da parceria estratégica entre Brasil e União Européia.

6. Conferências Nacionais e Encontros

Em consonância com sua diretriz de fortalecer a participação da sociedade na gestão do Estado, em 2008, foram realizadas diversas conferências nacionais, nas quais foram discutidos relevantes temas para vários setores da população. Nesse período, foram realizadas, entre outras, as seguintes conferências temáticas:

I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Realizada entre os dias 25 e 28 de junho, em Olinda (PE), teve como objetivo formular propostas para uma Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que promova a sustentabilidade, a inclusão, a diversidade, a igualdade e

a solidariedade no Brasil Rural. As etapas preparatórios (conferências municipais, territoriais e estaduais) contaram com a participação de mais de 30 mil pessoas, sendo que da etapa nacional participaram 1.572 pessoas (1.220 delegados eleitos nas conferências estaduais, 115 observadores e 237 convidados nacionais e internacionais).

I Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb)

A Coneb, que foi realizada entre os dias 14 e 18 de abril, em Brasília, teve como temática central a Construção do Sistema Nacional Articulado de Educação e como eixos temáticos: I - Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação; II - Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação; III - Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação; IV - Inclusão e Diversidade na Educação Básica; V - Formação e Valorização Profissional.

I Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional

Realizada entre os dias 24 a 26 de novembro, em Brasília, a Conferência teve o objetivo de discutir o aprimoramento da Lei do Aprendiz, estratégias de inserção dos jovens no mercado de trabalho e a instituição do Fórum Permanente de Aprendizagem Profissional.

I Conferência Nacional da Juventude

Realizada entre os dias 27 e 30, de abril, em Brasília, a Conferência teve o objetivo de discutir uma política para a juventude que venha a se constituir como uma política de Estado, focalizando os debates nos temas como “Juventude: democracia, participação e desenvolvimento nacional”; “Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude”; “Desafios e prioridades para as políticas públicas de juventude”.

I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT

Essa Conferência, realizada entre os dias 5 a 8 de junho de 2008, em Brasília, propôs diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos da População GLBT, a ser lançado em 2009.

XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Realizada entre os dias 15 e 18 de dezembro, em Brasília, a Conferência, que envolveu mais de 15 mil pessoas nas etapas municipais, estaduais e nacional, discutiu propostas com vistas à nova edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, que será lançado em 2009.

II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Realizada entre os dias 1º e 4 de dezembro de 2008, em Brasília, a Conferência propôs metas para o Brasil avançar na inclusão das pessoas com deficiência, com foco nas questões relativas à acessibilidade.

I Conferência Brasileira de Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do Setor Saúde

Realizada entre os dias 18 e 20 de novembro de 2008, em Brasília, a Conferência discutiu a atual situação e os desafios que as nações da América Latina, do Caribe e da África enfrentam para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e propôs diretrizes para o seu cumprimento.

III Conferência Nacional do Meio Ambiente

Realizada entre os dias 7 e 10 de maio de 2008, em Brasília, a Conferência abordou o tema “Mudanças Climáticas” e contou com a participação de 115 mil pessoas, tendo como resultado a aprovação de 150 deliberações. Em seu processo de preparação, foram realizadas 648 Conferências Municipais, 132 Conferências Regionais, 29 Conferências Intermunicipais, 5 Seminários Regionais, 26 Conferências Estaduais, uma Conferência Distrital e 10 Lançamentos Estaduais.

I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior – Encontro “Brasileiros no Mundo”

Realizada nos dias 17 e 18 de julho de 2008, no Rio de Janeiro, a Conferência contou com representantes de vários Ministérios, do Parlamento, do Judiciário, da academia e da nossa diáspora, que se reuniram para debater questões importantes para o Brasil de além fronteiras. São cerca de 3 milhões de cidadãos que projetam o País por todos os continentes.

Em 2009, está prevista a realização de diversas conferências, destacando-se a VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a I Conferência Nacional de Segurança Pública.

